

Max Weber e a objetividade do conhecimento nas ciências da cultura: um breve guia para o texto *A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política (1904)*

Jean Henrique Costa *

Resumo

O presente artigo objetiva discutir o sentido da objetividade do conhecimento empírico-social na obra de Max Weber, especificamente no texto "*A 'Objetividade' do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política*", de 1904. Discute-se, no primeiro momento, a distinção entre conhecimento empírico e juízo de valor; no segundo momento, faz-se uma rápida crítica às idéias de "lei" e "conexão regular" nas ciências sociais para, em seguida, na terceira parte, discutir a estrutura da formação dos conceitos típico-ideais como recursos metodológicos, nos quais, para Weber, expressam a possibilidade da validade objetiva do conhecimento nas ciências da cultura.

Palavras-chave: Max Weber; Objetividade; Ciências da Cultura; Tipo Ideal.

Max Weber and the objectivity of knowledge in the science of culture: a brief guide to the text *The 'Objectivity' of Knowledge in Social Science and Political Science (1904)*

Abstract

This article discusses the meaning of the objectivity of social-empiric knowledge in work of Max Weber, specifically in text *The 'Objectivity' of Knowledge in Social Science and Political Science*, 1904. It discusses the first time, the distinction between empirical knowledge and value judgments in the second time, it is a quick review of the ideas of "law" and "regular connection" to the social sciences, then in the third part discuss the structure of the formation of ideal-typical concepts and methodological tools, in which, for him, express the possibility of objective validity of knowledge in the sciences of culture.

Key words: Max Weber. Objectivity. Science of Culture. Ideal Type.



* **JEAN HENRIQUE COSTA** é Sociólogo (DCS/UFRN), bacharel em Turismo (UnP), especialista em Demografia (DEST/UFRN), mestre em Geografia (PPGe/UFRN) e doutorando em Ciências Sociais (PGCS/UFRN). Professor da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). E-mail: jeanhenrique@uern.br.

1. Apresentação

A permanente confusão entre a elucidação científica dos fatos e a reflexão valorativa é uma das características mais difundidas em nossas disciplinas, e também uma das mais prejudiciais.

Max Weber

O breve artigo que se apresenta nas páginas ulteriores é, *ab initio*, apenas uma tentativa de oferecer aos leitores iniciantes uma reflexão introdutória acerca da possibilidade de validade objetiva do conhecimento nas “ciências da cultura”, debate esse fornecido entre o final do século XIX e início do século XX pelo sociólogo alemão Max Weber (1864-1920). Trata-se aqui de revisitar um texto *particular* do autor, buscando melhor compreender os desafios epistemológicos e metodológicos de nosso tempo.

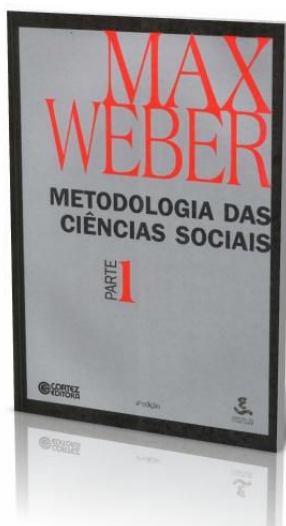
A análise empreendida funda-se no texto “*A ‘Objetividade’ do Conhecimento na Ciência Social e na Ciência Política*”, escritura capital para a metodologia das ciências sociais. Trata-se de um texto que, embora escrito em poucas páginas (50 págs., a depender da edição/tradução), não apresenta fácil compreensão, sobretudo para aqueles leitores não tão familiarizados com a obra weberiana e seus conceitos sociológicos fundamentais. A forma dissertativa é “carregada” e metódica, escrita, em alguns trechos, para um discípulo ler.

O texto foi publicado em 1904 visando avaliar as orientações gerais do *Arquivo para a Ciência Social e Política Social – Archiv für Sozialwissenschaft und Sozialpolitik*, no qual coube a Weber, juntamente com Werner Sombart e Edgar

Jaffé, a direção da revista. Mesmo tendo o texto, por conseguinte, a função de orientação geral para uma revista, não deixou de ser uma expressão vital do pensamento de Max Weber, trazendo consigo três questões fundamentais para a prática científica: 1. A distinção entre “juízo de valor” e “realidade empírica”; 2. A crítica às idéias de “lei” e “conexão regular” nas ciências da cultura; e 3. O significado da “validade objetiva” por meio da construção de conceitos-limites (o chamado tipo ideal).

A idéia de objetividade em Weber não tem o mesmo sentido de neutralidade, conforme pode sugerir uma leitura mais apressada. Conforme alerta Gabriel Cohn (1986), a idéia de objetividade em Weber é sempre posta entre “aspas”. Não se pode tratar a idéia de objetividade no sentido convencional, como o fez Durkheim. Completando com Hall (2003), em ciência social toda pesquisa é teorizada, mas não se trata exatamente de teoria com “T maiúsculo”.

Esses três pontos foram colocados em 1904 e, mesmo com idade centenária, sem sombra de dúvida ainda trazem uma série de desafios atuais diante das novas inquietudes ontológicas e epistemológicas surgidas no último quartel do século passado – instabilidade, incerteza, imprevisibilidade e dinamicidade do mundo social. Destarte, uma vez que o citado documento é basal para a prática científica hoje e, concomitantemente, de intricada compreensão, faz-se aqui um exercício de esclarecê-lo, não na idéia (pois seria um infrutífero estouvamento intelectual), nas na forma. Assim, esta breve leitura da arquitetura epistemológica weberiana tenta clarificar os três pontos supracitados.



2. A distinção entre a simples valoração e a realidade empírica (juízo de valor e juízo de fato)

O primeiro pressuposto de uma investigação científica, para Weber, é o afastamento básico dos juízos de valor da análise da vida social, preocupação epistemológica que teve também, guardadas as singularidades, Émile Durkheim, optando por denominar de “pré-noções¹”. Este afastamento weberiano não significa, segundo exame de Cohn (1986, p. 22), a defesa em absoluto “de uma postura indiferente ou amorfa perante o mundo, nem tampouco na busca de compromissos entre valores inconciliáveis”. Expressa apenas a distinção entre a busca por objetividade e o sentido da “valoração” (opinião baseada em *crenças*, sentimentos, valores, etc., ou seja, o próprio sacrifício do intelecto para Weber).

Para Weber, “juízos de valor não deveriam ser extraídos de maneira nenhuma da análise científica, devido ao fato de derivarem, em última instância, de determinados ideais, e de por isso terem origens ‘subjetivas’” (WEBER, 2001, p. 109). A consciência valorativa não deve guiar a investigação científica. “Ela é própria do homem da ação: ele pondera e escolhe, entre os valores em questão, aqueles que estão de acordo com sua

própria consciência e sua cosmovisão pessoal” (WEBER, 2001, p. 110). Decidir-se por uma opção é, para Weber, exclusivamente um *assunto pessoal*.

Weber esclarece que juízos de valor são opiniões pessoais, às vezes muito simples, às vezes bem elaboradas, inclusive em alguns casos com pressupostos orientadores. Todavia, são apenas impressões sobre a realidade. Nada mais do que isso. Derivam do imediato, da impressão do indivíduo sobre sua realidade particular. Nada têm de objetividade. “Se o sujeito que emite juízos de valor deve professar estes critérios últimos, isso é um problema pessoal, uma questão de sua vontade e de sua consciência; não tem nada a ver com o conhecimento empírico” (WEBER, 2001, p. 111). Porém, o autor ainda alerta para possibilidade de profissão de fé nesses juízos:

Sem dúvida, é verdade que exatamente aqueles elementos mais íntimos da ‘personalidade’, ou seja, os últimos e supremos juízos de valor, que determinam a nossa ação e conferem sentido e significado à nossa vida, são percebidos por nós como sendo objetivamente válidos (WEBER, 2001, p. 111).

Há uma preocupação weberiana em caracterizar o juízo de valor como sendo do campo da crença, não tendo, portanto, possibilidade de validade objetiva. Para ele, “seja como for, somente a partir do pressuposto da fé em valores tem sentido a intenção de defender certos valores publicamente. Porém emitir um juízo sobre a validade de tais valores é assunto da fé, [...], mas, certamente, não é tarefa de uma ciência empírica” (WEBER, 2001, p. 111).

A aparência do óbvio é perigosa para a ciência, bem como os meios explicativos da suposta coerência empírica expressa em valores. Para Weber é dever da

¹ Durkheim trata as pré-noções como idéias formadas no âmbito das práticas morais, das crenças políticas e religiosas, enfim, das práticas do sentimento. Para ele, “devemos afastar sistematicamente todas as pré-noções [pois é] necessário que o sociólogo, quer no momento em que determina o objeto de suas pesquisas, quer no decurso das suas demonstrações, se abstenha resolutamente de empregar esses conceitos formados fora da ciência e em função de necessidades que nada têm de científico. É preciso que se liberte das falsas evidências que dominam o espírito do vulgo [...] Pelo menos, se algumas vezes a necessidade o obriga a servir-se delas, que o faça com consciência do seu pouco valor [...]” (DURKHEIM, 2001, p. 54-55).

ciência esclarecer o leitor, o seu usuário final, acerca dos caminhos pelos quais se chegou à este ou àquele resultado. “Pois, uma das tarefas essenciais de qualquer ciência da vida cultural dos homens é, realmente, desde o início, a apresentação clara e transparente de suas idéias, para compreendê-las e para saber o porquê de se ter lutado por elas” (WEBER, 2001, p. 110).

O conhecimento valorativo, reforça Weber, além de ser uma cosmovisão, ainda não nos oferece este caminho metodológico. É um valor preso em sua própria construção. Não é uma elucidação crítica, mas sim uma “cosmovisão”, que, para o autor, nunca pode ser o resultado de um avanço do conhecimento empírico. Weber aponta que o juízo de valor tenta esconder aqueles elementos da realidade que lhe são incômodos. Isto recebe o nome de *pseudociência* para Carl Sagan (1996, p. 28-30), onde há a esquivia do exame cético e se fornecem respostas fáceis para o coração, enfim, fervilhando-se de credulidade. Sagan afirma ainda que “a pseudociência é mais fácil de ser inventada que a ciência, porque os confrontos perturbadores com a realidade são evitados mais facilmente”. No saber empírico-objetivo tais confrontos com a realidade não podem ser evitados, já que evitar seria uma ação seletivo-emocional e esta, por sua vez, é de domínio subjetivo.

O saber científico, objetivo, racional, metódico, sistemático e demonstrativo opera com outro sentido: a busca de ver a realidade como ela é (embora sob múltiplas possibilidades). Conforme a leitura de Reale & Antiseri (2006), Weber distingue claramente entre *juízos de fato* e *juízos de valor*, entre aquilo que “é” e aquilo que “deve ser”. O “devir” e a possibilidade de emancipação são resultados de outras teorizações e filosofias distintas da sociologia

compreensiva weberiana. “Nada prejudicou mais o interesse da ciência do que não se querer ver os fatos incômodos e as realidades da vida na sua dureza” (WEBER, 2001, p. 113). Isso ocorre, pois, o juízo de valor é particular e, como tal, seleciona o que é bom ou ruim para o seu projeto de vida. O saber objetivo é diferente. Age mediante determinados pressupostos que são, *ad corpus*, reconhecidos por toda a comunidade acadêmica. Para Weber, “é certo que – e continuará a sê-lo – se uma demonstração científica, metodologicamente correta no setor das ciências sociais, pretende ter alcançado o seu fim, tem de ser aceita como sendo correta também por um chinês” (WEBER, 2001, p. 113-114).

Deve-se buscar tal postura, mesmo quando há problemas no material da pesquisa. O exemplo do “chinês” citado pelo autor é uma boa ilustração do pretendido, pois este chinês deve reconhecer como válido o ordenamento conceitual da realidade empírica. Neste ponto reconhecem-se algumas leituras equivocadas acerca da afirmação weberiana da universalidade dos procedimentos científicos. Não é que o chinês tenha que concordar com as considerações empíricas de um trabalho específico, mas sim, que ele reconheça a legitimidade científica exposta naquelas páginas. Não se trata de universalidade *positiva* e nem da criação de receitas de bolo. Nada disso! Weber é claro quanto à questão da ciência social como apreensão das singularidades históricas e reconhece, portanto, não uma única possibilidade de resposta para determinado fenômeno empírico, mas várias possibilidades de causas e conseqüências. Trata-se, pois, de reconhecer os princípios e não apenas os resultados.

Em suma, a “objetividade” é possível, todavia, dependerá dos esforços do pesquisador em, de um lado, reconhecer a

impossibilidade de afastamento completo dos valores, e, de outro, ter o esforço pessoal de reconhecer esses valores (conscientes e inconscientes) e procurar ver a realidade independentemente deles. Eis a tensão da epistemologia em Weber.

Buscando sintetizar este primeiro ponto, um juízo de valor se situa no plano da emoção para com a realidade. É um mecanismo opinativo. Pouco possui de válido empiricamente. Contudo, o que é um conhecimento empiricamente válido? O que significa, em Weber, objetividade nas ciências sociais? Antes desta problematização, passemos por um outro campo, circunvizinho e necessário a este debate, visando observar que tal objetividade nas ciências da cultura difere da idéia de validade objetiva nas ciências naturais (crítica ao positivismo).

3. A crítica aos modelos de “lei” e “conexão regular” nas ciências sociais

Weber, ao comparar genericamente objeto e método das ciências sociais com o das ciências da natureza, afirma que “repetidas vezes acreditou-se poder encontrar o critério decisivo também nas ciências da cultura, na repetição regular, ‘conforme leis’, de determinadas conexões causais” (WEBER, 2001, p. 124). Enfatiza ainda que, “segundo essa concepção, o conteúdo das ‘leis’ que somos capazes de reconhecer na inesgotável diversidade do curso dos fenômenos deverá ser o único fator considerado cientificamente ‘essencial’” (WEBER, 2001, p. 125). O balanço feito pelo autor acerca destas leis causais é, como *facultas agendi* (faculdade de agir), nas ciências sociais, impossível na concretude de seu objeto, uma vez que esse é dinâmico, heterogêneo e imprevisível, não sendo passível, portanto, de mensurações exatamente causais. Admite também que nem mesmo às ciências naturais, exceto a mecânica pura, prescinde do elemento qualitativo.

Para Weber (2001, p. 133), “os problemas culturais que fazem mover a humanidade renascem a cada instante, sob um aspecto diferente, e permanecem variáveis...”. Não há como se pensar em determinações, relações de exata conexão causal num objeto que, *a priori*, já é imprevisível. Entregue a um *bondoso pai de família* um revolver e aponte o resultado de sua ação, sob a forma de lei! O cientista social imbuído da idéia de lei ou conexão regular, em seu juízo de valor, diria: é um homem de “bem”, portanto, nada fará. Caso fosse um homem com amplos antecedentes criminais, o diagnóstico seria oposto: este cometerá alguma ação de desvio, pois há indícios lógicos para a sua ação. Como seria fácil e coerente! Isso não existe nas ciências sociais. O objeto é histórico, mutável, dinâmico e imprevisível. A única lei que podemos formular é que não há lei. Existe, para Weber, uma racionalidade cognitiva chamada de *possibilidade objetiva do conhecimento*², expressa em probabilidades de acontecimentos. Todavia, é radicalmente diferente de conexão regular.

A idéia de lei também é algo muito frágil, já que há um certo “encobrimento” de fenômenos que escapam a generalidade da lei social. Para os defensores da “lei causal” nas ciências sociais, os casos discrepantes (*outliers*), ou são secundários, já que precisam ser mais estudados, ou são deixados de lado. Tal mecanismo operacional das pesquisas

² A idéia de possibilidade objetiva do conhecimento pode ser mais bem expressa por padrões de probabilidades, mas nunca por regularidades exatas. Segundo Reale & Antiseri (2006, p. 56), “um fato histórico-social explica-se em geral por meio de uma constelação de causas; e justamente a fim de determinar o maior ou menor peso de uma causa particular, o historiador imagina um possível desenvolvimento do evento, excluindo justamente tal causa, e se pergunta o que teria acontecido se essa causa não tivesse existido”.

nega a própria essência de uma lei explicativa: a sua fórmula deve valer para todos os elementos da realidade na qual se aplica os seus princípios. Nem mesmo nas áreas mais quantificáveis das ciências sociais, por exemplo, o comércio financeiro, é possível a elaboração de leis, alerta Weber. É uma idéia também frágil nessa área, já que há ações imprevisíveis em todas as esferas sociais e no comércio financeiro não seria diferente (quanta especulação existe nessa área!). Reforça Weber (2001, p. 129), por conseguinte, que: “o número e a natureza das causas que determinam qualquer acontecimento são sempre infinitos, e não existe nas próprias coisas critério algum que permita escolher dentre elas uma fração que possa entrar isoladamente em consideração”. O que se pode deduzir de todo esse debate sobre a regularidade dos fenômenos nas ciências sociais é que:

... Existe a possibilidade de proceder à avaliação das influências que nos habituamos a esperar geralmente [...]. Essas influências constituem, por conseguinte, os efeitos ‘adequados’ dos elementos causais em questão [...]. O valor desta afirmação não é de modo algum diminuído pelo fato de que nunca, mesmo nas chamadas ‘leis econômicas’, se trata de conexões ‘regulares’, no sentido estrito das ciências da natureza, mas sim de conexões causais adequadas, expressas em regras, e, portanto, de uma aplicação da categoria de ‘possibilidade objetiva’. (WEBER, 2001, p. 130).



Mesmo com a legítima crítica weberiana, a visão acerca das leis causais nas ciências sociais, segundo Giddens (2001, p. 97), foi predominante “na sociologia durante boa parte do pós-guerra, [se estendendo] amplamente em um amplo espectro de outras ciências sociais”. O naturalismo (ou positivismo), a idéia de

causação social e a noção de sistema originária da biologia figuraram fortemente no que o autor chamou de ciência social canônica, ou às vezes chamada de “consenso ortodoxo” (GIDDENS, 2001).

Abstraindo essa polêmica, Weber assinala que o cientista social trabalhará, por conseguinte, com padrões de regularidade (probabilidades) e não com leis. Espera-se das variáveis, desta forma, probabilidades de acontecimento, mediante estruturação de outras variáveis, e não acontecimentos estabelecidos mediante regularidades exatas. Esse é um segundo item importante para a compreensão da objetividade. E o que é essa validade objetiva do conhecimento nas ciências sociais? Passemos, enfim, ao problema nuclear deste escrito.

4. Por uma validade objetiva para a ciência social: a construção do tipo ideal como recurso metodológico

Weber é enfático ao afirmar que não existe uma total objetividade da vida cultural que possa ser empregada pela análise científica. Sempre há o elemento da parcialidade presente nas análises sociais. Não há como eliminar alguns “pressupostos”.

Não existe uma análise científica totalmente ‘objetivada’ da vida cultural [...], ou dos ‘fenômenos sociais’, que seja independente de determinadas perspectivas especiais e parciais, graças às quais estas manifestações possam ser, explícita ou implicitamente, consciente ou inconscientemente, selecionadas, analisadas e organizadas na exposição, enquanto objeto de pesquisa (WEBER, 2001, p. 124).

Os juízos de valor, aqueles mesmo que já discutimos no início deste texto, mesmo afastados da análise, ainda nos incomodam. Por quê? Porque a vida

cultural é uma vida de valor. Nas palavras de Weber, o próprio “conceito de cultura é um conceito de valor” (WEBER, 2001, p. 127). Não há como o indivíduo pesquisador se isolar do mundo em que está imbuído. O cientista social é, concomitantemente, sujeito e objeto de sua práxis científica. Estuda um mundo de significados no qual ele mesmo faz parte. “Acontece que, tão logo tentamos tomar consciência do modo como se nos apresenta imediatamente a vida, verificamos que ela se nos manifesta ‘dentro’ e ‘fora’ de nós, sob uma quase infinita diversidade de eventos que aparecem e desaparecem sucessiva e simultaneamente” (WEBER, 2001, p. 124).

Não há como exercer a prática científica livre de pressupostos. “A tentativa de um conhecimento da realidade ‘livre de pressupostos’ só conseguiria produzir um caos de ‘juízos existenciais’ acerca de inúmeras concepções ou percepções particulares” (WEBER, 2001, p. 129). No entanto, prisioneiros desses esquemas dos pressupostos, precisamos, como pesquisadores, atuar lado a lado nesta realidade subjetiva. Precisamos conviver com esta armadilha do conhecimento. Temos, contudo, que reconhecer também a sua utilidade sensível.

Por certo que, sem as idéias de valor do investigador, não existiria nenhum princípio de seleção, nem o conhecimento sensato do real singular, da mesma forma como sem a crença do pesquisador na significação de um conteúdo cultural qualquer, resultaria completamente desprovido de sentido todo o estudo

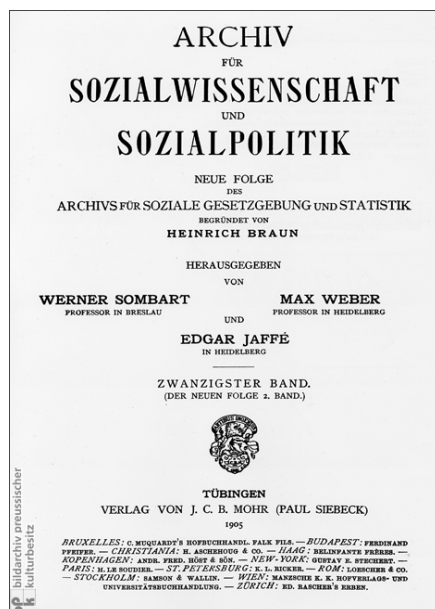
do conhecimento da realidade individual, pois também a orientação da sua convicção pessoal e a difração de valores no espelho da sua alma conferem ao seu trabalho uma direção (WEBER, 2001, p. 132).

O fato concreto desta impossibilidade de afastamento total dos pressupostos subjetivos da análise social não impossibilita uma análise objetivada e válida da vida cultural. Lembra Weber (2001, p. 133) que “não devemos deduzir de tudo isso que a investigação científico-cultural apenas conseguiria obter resultados ‘subjetivos’, no sentido de serem válidos para uns, mas não para outros”.

Destarte, diante de toda esta problematização prévia, como chegar a objetividade do conhecimento nas ciências da cultura? Nas palavras de Weber (2001, p. 134), “qual é a lógica e a estrutura dos conceitos com os quais trabalha a nossa ciência, à semelhança de qualquer outra? Qual a significação da teoria e da formação teórica dos conceitos para o conhecimento da realidade cultural?”.

A resposta de Max Weber se fundamenta na construção do tipo ideal (ou tipo puro) como recurso metodológico capaz de se esquivar das ciladas do juízo de valor e dos “pressupostos” subjetivos na análise da vida sócio-econômica.

No que diz respeito à investigação, o conceito de tipo ideal propõe-se a formar o juízo de atribuição. Não é uma ‘hipótese’, mas pretende apontar o caminho para a formação de hipóteses. Embora não constitua uma exposição da realidade, pretende



conferir a ela meios expressivos unívocos (WEBER, 2001, p. 137).

Esta noção de ideal é rigorosamente diferente da idéia de exemplar, do “dever ser”. Não tem valor moral. Para Weber, existem tanto tipos ideais de religiões como de bordéis. O tipo ideal é um conceito racional construído através de idéias, com a finalidade de comparação com a realidade que, em sua essência, já difere em substância desta elaboração racional. Weber alerta que o tipo ideal nunca será igual a realidade. É apenas um instrumento de comparação que, na complexidade do tecido histórico-cultural, irá diferir em múltiplos aspectos. A realidade é maior do que os conceitos. Conceito não tem efeito mágico! “A construção de tipos ideais abstratos não interessa como fim, mas única e exclusivamente como meio de conhecimento” (WEBER, 2001, p. 139).

Para Tragtenberg (2001, p. 24), “a teoria do tipo ideal é o ponto terminal do processo de pesquisa, representa o momento maduro da metodologia weberiana, o instrumento de pesquisa utilizado por Weber nos seus mais importantes estudos”.

Trata-se [o tipo ideal] de um quadro de pensamento, não da realidade histórica, e muito menos da realidade ‘autêntica’; não serve de esquema em que se possa incluir a realidade à maneira de exemplar. Tem, antes, o significado de um conceito-limite, puramente ideal, em relação ao qual se mede a realidade a fim de esclarecer o conteúdo empírico de alguns dos seus elementos importantes, e com o qual é comparada. Tais conceitos são configurações nas quais construímos relações, por meio da utilização da categoria de possibilidade objetiva, que a nossa imaginação, formada e orientada segundo a realidade, julga adequadas (WEBER, 2001, p. 140).

No andamento desta discussão dois elementos devem ser amplamente entendidos. 1. As idéias não são as realidades propriamente ditas; portanto, não se deve proceder no erro da confusão entre teoria e história; e 2. É preciso estar atento a questão da apreciação subjetiva. É necessário, pois, “fazer uma distinção estrita entre a relação que compara a realidade com tipos ideais no sentido lógico, e a apreciação avaliadora dessa realidade a partir de ideais” (WEBER, 2001, p. 144). Um tipo ideal é diferente de avaliação apreciadora, pois não tem ligação com o sentido de perfeição (distinção weberiana entre juízos de valor e juízos de fato). Conforme já dito, existem tipos ideais tanto de bordéis como de religiões. Há o tipo ideal de ladrão, de prostituta, de estudante de economia, de líder carismático, de burocracia, de pastor evangélico, empresário moderno, etc.

O tipo ideal é “uma construção intelectual destinada à medição e à caracterização sistemática das relações individuais, isto é, significativos pela sua especificidade” (WEBER, 2001, p. 144). Deve, segundo análise de Tragtenberg (2001, p. 24), “captar a *tipicidade* ou a *homogeneidade* dos fenômenos históricos, tendo como finalidade conferir um tratamento científico aos mesmos”. Não tem intenção de ser teoria geral, já que reconhece que tal intenção perderia elementos ricos da realidade específica e, portanto, complexa. “A finalidade da formação de conceitos de tipo ideal consiste sempre em tomar rigorosamente consciência não do que é genérico, mas, muito pelo contrário, do que é específico a fenômenos culturais” (WEBER, 2001, p. 145).

Weber ressalta que o tipo ideal pode divergir substancialmente da realidade, já que esta é sempre mais ampla. Mesmo se tiver sido construído de forma correta, e o

decurso efetivo não corresponder ao decurso do tipo ideal, “teríamos a prova de que em determinadas relações, há especificidades que o conceito-limite não deu conta” (WEBER, 2001). A realidade é maior do que o conceito e, sabendo disso, o próprio tipo ideal pode mostrar sua dimensão de “irrealidade”, isto é, seus limites. Essa irrealidade, para Weber, não desperta nenhuma objeção metodológica. Pelo contrário! Amplia a objetividade, na medida em que mostra os caminhos percorridos até a inferência empírica.

Como a realidade sócio-econômica é dinâmica e inconstante, portanto, transitória, a construção de tipos ideais deve reconhecer tal mudança e também se tornar provisória. “Na essência de sua tarefa está o caráter transitório de todas as construções típico-ideais, mas também o fato de serem inevitáveis construções típico-ideais sempre novas” (WEBER, 2001, p. 148). O tipo ideal não passa “de tentativas para conferir uma ordem ao caos dos fatos que incluímos no âmbito de nosso interesse” (WEBER, 2001, p. 148). Não é uma cópia representativa da realidade objetiva, mas sim o contrário: um meio objetivo para representar a realidade. Destaca Tragtenberg (2001) que “Weber não aceita a concepção clássica de ciência, segundo a qual ela pode abranger a ‘substância’ das coisas [...] Todo conhecimento é hipotético na medida em que nenhum sistema reproduz a realidade que é infinita” (TRAGTENBERG, 2001, p. 25).

Ao traçar toda essa discussão metodológica acerca da objetividade do saber nas ciências da cultura, Weber conclui afirmando que:

Chegamos ao final de nossa discussão, que teve como único propósito destacar a linha quase imperceptível que separa a ciência da crença, e pôr a descoberto o sentido do esforço do conhecimento sócio-

econômico. A validade objetiva de todo saber empírico baseia-se única e exclusivamente na ordenação da realidade dada segundo categorias que são subjetivas, no sentido específico de representarem o pressuposto do nosso conhecimento e de associarem, ao pressuposto de que é valiosa, aquela verdade que só o conhecimento empírico nos pode proporcionar (WEBER, 2001, p. 152).

Desfechando, compreende-se que o tipo ideal, longe de ser um mero conjunto de pressuposições subjetivas; mais longe ainda de ser uma teorização genérica da vida cultural, é um meio metodológico objetivado. É um conceito criado racionalmente, no plano das idéias, para servir de comparação com a realidade empírica. Visa captar as singularidades da vida social não em via de mão única, mas numa possibilidade de análise multicausal dos fenômenos. De acordo Reale & Antiseri (2006, p. 55-56), parafraseando Weber:

Acentuam-se, por exemplo, alguns traços da ‘economia cidadina’, do ‘padre católico’ etc., traços *difusos e discretos, existentes aqui em maior medida e ali em menor, e por vezes também ausentes*, e assim fazendo surgir um modelo, um tipo-ideal ou modelo ideal-típico da economia cidadina, ou do padre católico etc.; e tal tipo ideal serve para ver o quanto a realidade efetiva se afasta ou se aproxima do tipo ideal. O *tipo ideal* é um instrumento heurístico.

Trata-se, conseqüentemente, de um recurso humilde, já que reconhece em todos os momentos as suas limitações. É também recurso enérgico, já que possibilita escapar de uma série de emboscadas do saber, dentre elas, as idéias de determinismo e lei causal.

5. Considerações finais: algumas implicações operacionais da epistemologia weberiana

Chegando ao ponto nodal desta discussão, após ter percorrido as questões centrais deste pequeno escrito, algumas considerações de ordem mais operacionais pairam no ar. Diante de tal quadro de referência algumas lições práticas estão colocadas por Weber no texto que findou de ser comentado. E quais seriam?

a) Não cabe à ciência social weberiana a missão de fornecer “receitas” para a vida social. É, como posição epistemológica, uma disciplina compreensiva. Não é uma política social aplicada. “Jamais pode ser tarefa de uma ciência empírica proporcionar normas e ideais obrigatórios, dos quais se possa derivar ‘receitas’ para a prática” (WEBER, 2001, p. 109).

b) O conhecimento da vida social é infinito, e, assim sendo, somente uma parte ínfima desta vida pode ser apreendida de cada vez. “Assim, todo o conhecimento da realidade infinita, realizado pelo espírito humano finito, baseia-se na premissa tácita de que apenas um fragmento limitado dessa realidade poderá constituir de cada vez o objeto da compreensão científica...” (WEBER, 2001, p. 124).

c) O pesquisador às vezes é “convidado”, consciente ou inconscientemente, para dar a realidade empírica à consideração que sua imaginação pretender. É preciso estar atento às astúcias do desejo. Não se deve forçar a realidade via caprichos do bel-prazer. “A ordem lógica dos

conceitos, por um lado, e a distribuição empírica daquilo que é contextualizado no espaço, no tempo e na conexão causal, por outro, aparecem então de tal modo ligados entre si, que quase chega a ser irresistível a tentação de ‘forçar’ a realidade para consolidar a validade efetiva da construção da realidade” (WEBER, 2001, p. 147).

d) Teorias gerais deixam escapar na análise da vida humana dimensões particulares fundamentais para a crítica sociológica. “Uma coisa, sem dúvida, é certa, em qualquer circunstância: quanto mais ‘universal’ for o problema em questão, isto é, quanto mais amplo for o seu significado cultural, quanto menos for possível dar uma resposta extraída do material do conhecimento empírico, tanto maior será o papel dos axiomas últimos e pessoais da fé e das idéias éticas” (WEBER, 2001, p. 112).

e) Não há como se determinar um único sentido para determinados aspectos da vida cultural. A análise weberiana é multicausal. Weber ilustra bem este argumento ao criticar a concepção materialista da história, onde a realidade material dos homens é a causa primeira da explicação da realidade. Em Max Weber não há causas primeiras, segundas ou terceiras como determinantes. Há, pois, uma sociologia multicausal.

Por fim, pensamos que atualmente o solo de nossas idéias e de nossos problemas empíricos é bem mais desafiador e, portanto, mais difícil de compreensão. Temos de um lado a certeza da maior complexificação das vidas sócio-

econômica e cultural. Isso é inegável, pois o mundo hoje é mais complexo em suas múltiplas dimensões. A história andou! Por outro lado, encontramos a existência de um maior “arsenal” de teorias convivendo lado a lado (sabendo usar é quase um conforto epistemológico!). Giddens (2001, p. 98) afirma que a lista das perspectivas teóricas que coexistem atualmente é quase interminável: etnometodologia, diversas formas de interacionismo simbólico e de neoweberianismo, a fenomenologia, o estruturalismo, a hermenêutica e a crítica social. No meio deste emaranhado de posições, possibilitar ao conhecimento empírico uma frutífera construção teórica, se não for um exercício weberiano no sentido de busca de objetividade, pelo menos que seja uma atitude de bom senso intelectual.

Weber não é o único autor a dar respostas, mas um deles. Um dos grandes méritos weberiano é, em substância, reconhecer a premissa metodológica de não dar a análise sociológica uma condição de doutrina, nem tampouco uma visão determinista da realidade. De acordo com Gabriel Cohn (1986, p. 22), em Weber, “a validade do conhecimento obtido se mede pelo confronto com o real e não com quaisquer valores e visões do mundo”. Este confronto não significa uma construção como *reflexo do real*, como reforça Tragtenberg. Pelo contrário, “é pelo seu afastamento do real concreto e através da acentuação unilateral das características de determinados fenômenos que ele chega a uma explicação mais rigorosa do caos existente no social” (TRAGTENBERG,

2001, p. 26). É por isso, pois, que Weber afirma, pensando nos tipos ideais, que *exagerar é a sua profissão*.

Referências

- COHN, Gabriel. Introdução sobre Max Weber. In: COHN, Gabriel (org.). **Max Weber**. 3. ed. São Paulo: Ática, 1986. (Coleção Grandes Cientistas Sociais, vol. 13).
- DURKHEIM, Émile. **As Regras do Método Sociológico**. Tradução Pietro Nassetti. São Paulo: Martin Claret, 2001.
- GIDDENS, Anthony. O que é ciência social? In: _____. **Em Defesa da Sociologia**: ensaios, interpretações e réplicas. São Paulo: UNESP, 2001. p. 97-113.
- HALL, Stuart. **Da diáspora**: identidades e mediações culturais. Tradução de Adelaide La Guardia Resende *et al.* Belo Horizonte, MG: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.
- REALE, G; ANTISERI, D. Max Weber: o desencantamento do mundo e a metodologia das ciências histórico-sociais. In: _____. **História da filosofia**: de Nietzsche à Escola de Frankfurt. Vol. 6. Tradução de Ivo Storniolo. São Paulo: Paulus, 2006.
- SAGAN, Carl. **O Mundo Assombrado pelos Demônios**: a ciência vista como uma vela no escuro. Tradução Rosaura Eichemberg. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- TRAGTENBERG, Maurício. Introdução à edição brasileira: a atualidade de Max Weber. In: WEBER, Max. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001.
- WEBER, Max. A “objetividade” do conhecimento na ciência social e na ciência política. In: _____. **Metodologia das Ciências Sociais**. Parte 1. Tradução de Augustin Wernet. 4. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, 2001. p. 107-154.